

## **A LUTA DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E CABO – VERDE: O CONGRESSO DE CASSACÁ E A CRIAÇÃO DO PARTIDO ESTADO**

Artemisa Odila Candé Monteiro<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como proposta analisar a construção do Estado Nacional na Guiné-Bissau durante o contexto de luta de libertação nacional, visando refletir sobre as narrativas a respeito da identidade nacional em articulação com os conceitos de cultura, unidade nacional e diversidade étnica, alegorias referenciais no discurso fundacional do líder revolucionário Amílcar Cabral<sup>2</sup>.

Priorizei, para análise deste artigo, os grandes eventos desencadeados durante o processo colonial na Guiné-Bissau: os contornos do Congresso de Cassacá (1964), a Batalha de Como, a divisão territorial do país em frentes de luta e o processo político e militar que foi engendrando a consciência da nação e reformatando a ideia do Estado nos limites territoriais da Província colonial. Também, o reconhecimento em nível internacional da luta do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) foi decisivo para os anos que se seguiram à independência da Guiné-Bissau.

### **A LUTA ARMADA NA GUINÉ DITA PORTUGUESA**

O ano de 1963 marcou o início da ação armada com ataque ao quartel de Tite, no centro sul do país, sinalizando o marco oficial da luta que se estendeu por várias regiões da Guiné-Bissau. O êxito da

---

<sup>1</sup>É natural da República de Guiné-Bissau, Doutora em Ciências Sociais e professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB – Ceará – Redenção).

<sup>2</sup>Um dos fundadores de PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde) e líder de luta de libertação nacional, Cabral nasceu na Guiné-Bissau-Bissau na cidade de Bafatá a 12 de Setembro de 1924. Muda-se para Cabo Verde com seus pais em 1936, onde fez seus estudos secundários. Em 1945, Amílcar Cabral obtém a bolsa de estudo e começa seus estudos universitários em Lisboa. Em 1952 formou-se no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa e, como agrônomo, trabalhou em Portugal, Guiné-Bissau e na Angola, onde, em 1953, procedeu ao primeiro recenseamento agrícola do país. Morreu a 20 de Janeiro de 1973, assassinado na Guiné-Bissau Conakry (LOPES, 1998).

guerrilha não tardou, porque o sucesso da luta estava atrelado às vantagens do sul do país em relação à sua estrutura geográfica e suas condições naturais.

O sul é considerado o chão dos Nalus e Balantas, etnias que são conhecidas pela tradição agrícola, em particular o cultivo de arroz. Em vista disso, dominavam a geografia da região, principalmente no referente à travessia dos rios que dividiam as *tabancas* umas das outras.

Neste sentido, a conjugação de diversas etnias resultante dos laços de solidariedade e de pertença a uma pátria foi relevante para o início da luta, pois todas estas etnias trouxeram para a luta armada suas experiências de guerrilha nas campanhas de pacificação desencadeadas pelo colonialismo português nas décadas de 1915 a 1930.

Paralelamente à luta armada na Guiné-Bissau, o ano de 1963 é o marco oficial da unidade africana. Com intuito de criar as diretrizes políticas que orientassem a organização para a independência das colônias africanas, os líderes nacionalistas dos estados independentes decidiram reunir-se em Adis-Abeba (Etiópia), a fim de criar um Comitê da Libertação Africana, que objetivava coordenar e encaminhar os movimentos de libertação nacional para continuar a luta pela libertação total do continente.

A reunião protagonizada por Kwame N’Krumah (Gana), Sekou Turé (Guiné-Conacri), Abel Gamal Nasser (Egito), dentre outros líderes, selava a criação da Organização de Unidade Africana (OUA), no dia 25 de maio de 1963, com propósitos de renovar votos de solidariedade para com os países colonizados e mobilizar apoio internacional para pôr fim ao colonialismo, como analisado anteriormente.

No início da luta, devido às dificuldades de conduzir as munições para abastecer as frentes de batalha, os guerrilheiros contavam com algumas pistolas e metralhadoras que eram incompatíveis com o arsenal e o aparato militar de que dispunham os colonialistas portugueses.

Entretanto, os guerrilheiros do PAIGC dispunham de

domínio do conhecimento territorial, o que lhes facilitou as estratégias de emboscadas, permitindo-lhes apropriarem-se de quantidades importantes de material de guerra do inimigo.<sup>3</sup> Foi nesse sentido que os colonialistas portugueses intensificaram os ataques tanto nas zonas urbanas quanto no interior do país contra os habitantes do sul do país, em particular aos que eram colaboradores diretos do PAIGC, como forma de conter suas ações, conforme relata Amílcar Cabral (1977, p.37):

Alarmados perante a intensificação da nossa ação, as forças portuguesas desencadearam então em todo o país, mas, sobretudo no sul, a mais violenta repressão militar e policial contra as populações, principalmente contra os suspeitos de pertencerem ao nosso partido. Eles aprisionaram, torturaram e assassinaram patriotas, massacraram populações sem defesa e incendiaram as tabancas.

As repressões não intimidaram o PAIGC, e o desenvolvimento de luta fortaleceu-se no interior do país, organizada em estruturas correspondentes às frentes norte, sul e leste, no sentido militar, subdividas em sub-regiões e unidades de guerrilha. Essa estrutura está baseada nas divisões administrativas do país, seguindo as atribuições dos novos quadros militares. Relata Luis Cabral (1984, p.105) como foi a primeira indicação dos combatentes nas frentes:

Nino Vieira dirigiu o grupo do Sul, isto é, seria o comandante da Frente Sul, constituídos por setores de Quetáfine, Cubucaré, Unal e Como. Seu companheiro Rui Djassi, encarregaria de comandar o Centro-Sul que incluía Tite, Cubisseco, Buba e N'djassani, Osvaldo Vieira, Chico Mendes, Manuel Saturnino Costa e Hilário Gomes (Lolo), responderiam pela Frente Norte com base em Morés. Para uma parte da Frente leste, constituída por Xitole e Bafatá foi confiada à responsabilidade de Domingos Ramos, Vitorino Costa, Bobo Queita tendo Pascoal Alves como adjunto que seguiu se para região de Gabú, também na leste do país. O setor autônomo de Bissau, foi

---

<sup>3</sup>Entrevista de José Lopes, Bissau, março de 2011.

denominada de Zona zero, que ficaria sob comando de Luciano N'Dao, Constantino Teixeira e Pedro Ramos (*sic*).

Importante salientar que a luta armada não se desenvolveu de forma idêntica em todas as diferentes frentes do país. Dos relatos de ex-combatentes<sup>4</sup> da liberdade da pátria depreende-se que, de todas as frentes, a frente sul (habitada pela maioria étnica, Balanta e Nalus) foi a que mais incorporou os objetivos do partido e integrou-se de forma rápida com os combatentes e concedeu-lhes toda a proteção contra as forças coloniais.

No seu depoimento, o Coronel Manuel Saturnino Costa testemunha que os combatentes aderiram aos hábitos culturais desse povo, se vestiam da mesma forma, trançavam os cabelos conforme os costumes dos balantas, facilitando a sua integração na comunidade e também para não despertar a desconfiança das tropas coloniais já que isso facilitava o trânsito livre dos combatentes. Portanto, a adesão aos hábitos culturais da etnia balanta obedecia às hierarquias dessas tradições, centradas nos símbolos étnicos que eram distribuídos conforme a idade de cada combatente.

Era evidente que ao aceitarem ingressar nas fileiras da luta, as “massas populares” estavam recusando a soberania portuguesa e conseqüentemente a sua dominação cultural. Por outro lado, também estavam demonstrando suas posições acerca da valorização das tradições culturais no tocante ao sentido da pertença ao lugar, ou seja, a um determinado território histórico. Nesse sentido, Cabral (1974, p.114) declara que:

Através da luta estamos forjando a nossa Nação Africana, que como sabem não estava bem definida, com todos os problemas de grupos étnicos, com todas as divisões criadas pelo próprio colonialista, por exemplo, indígenas e assimilados, gente dos campos, etc., etc. Estamos forjando a nossa Nação Africana que é cada dia mais consciente de si mesma, mas ao mesmo tempo temos que está vigilante em relação ao desenvolvimento do

---

<sup>4</sup>Entrevista do Coronel Manuel Saturnino Costa, Carmem Pereira e Francisca Pereira, Bissau, abril/maio de 2011.

fenômeno classe no seio dessa nova nação, entretanto a luta dá-nos uma experiência baseada exatamente neste postulado, pela qual não só reforçaremos cada dia mais na nossa unidade política e moral como nação, mas também reforçaremos a nossa vigilância para evitar que o problema da luta de classes venha a tomar um aspecto que possa ser prejudicial ao progresso do nosso próprio povo.

Por certo, há exceções, entretanto nem todos se manifestavam dessa forma. Diferente da frente sul, nas outras frentes —, por exemplo, a leste, havia uma forte colaboração dos chefes de *tabanca*, ou seja, chefes locais que eram intermediários e confidentes do regime colonial.

No leste, povoado pelos fulas, que na sua maioria eram aliados dos portugueses e mantinham estreita ligação com o regime colonial, essa relação ocorreu de forma diferente. Os habitantes estavam dispostos a denunciar qualquer presença de outra força que não fosse a das tropas coloniais. É verdade que alguns chefes tradicionais se colocaram contra a mobilização de luta de libertação nacional, dificultando a ação da guerrilha. Tudo em troca de bom emprego, concessões de bolsas de estudos para seus filhos, dentre outras vantagens sociais ou econômicas (PAIGC, 1974).

Convém apontar que toda a estratégia para a mobilização traçada por Amílcar Cabral objetivava ressaltar a importância das tradições culturais locais, como fator principal da viabilização da luta armada. Segundo Oramas, referindo-se a esse período, “Amílcar está consciente de que, para poder desenvolver a contenda, num meio em que [impera] a ignorância, algumas crenças ancestrais podem converter-se num travão à causa libertadora” (ORAMAS, 1998, p.63).

Não obstante, a luta da libertação nacional também é uma luta cultural, de preservação da cultura e da recusa de submissão colonial. Desta maneira se, por um lado, a recusa da imposição do domínio cultural europeu incentivou a convivência e troca de experiências culturais diferentes entre as etnias bissau-guineenses, por outro, forjou um projeto comum: a cultura de libertação nacional. Isto também foi testemunhado por Cabral e está documentado por Davidson (1976, p.40):

[...] a participação das massas passa a significar a ativa integração individual em comitês políticos eleitos e a aceitação das numerosas responsabilidades decorrentes do esforço para construir, nas áreas libertadas, novas estruturas para uma nova sociedade. É por isso que estes movimentos se tornaram revolucionários.

Considerado como um dos precursores do projeto de unidade étnica que visava dissipar as diferenças entre os diversos grupos étnicos, Cabral estabeleceu um espírito comunitário e forjou a mobilidade territorial através de um vínculo de comunicação nacional: o crioulo, uma língua de unidade nacional, que englobava o país numa só nação, numa só língua nacional. Para Santos (1989, p.195):

[...] a formação da nação a partir de uma população étnica cultural e socialmente heterogênea passa pela substituição de laços de solidariedade de grupo por laços de solidariedade nacionais, pois a sobrevivência e o progresso do grupo deixem de depender dos laços de solidariedade internos e passam a depender de laços intergrupos mais vastos que tenderão a fazer desaparecer as grandes diferenças étnicas, culturais e sociais existentes.

Das entrevistas com os combatentes de liberdade da pátria em Bissau depreende-se que o PAIGC sempre tentou inibir o “tribalismo”. No processo de distribuição das frentes de luta, dispersavam os grupos étnicos para as regiões diferentes evitando assim a regionalização.

Desta forma, os indivíduos de diferentes origens étnicas conviviam e estabeleciam laços de autoajuda e de solidariedade, construindo assim os laços de unidade nacional. Neste quadro, a luta armada não só edificou o projeto da nação através da unidade política, mas também forjou uma unidade étnica, que conduziu o processo da independência. No entanto, a luta de libertação nacional impulsionou a criação do Estado, ou seja, o Estado Nacional bissau-guineense teve sua gênese na luta de libertação nacional compartilhada através de uma comunidade de interesses. Segundo Handem (1989, p.273):

A formação e o fortalecimento da consciência nacional exigiu, da parte do PAIGC, o impulso de uma nova dinâmica social, baseada não só numa renovação ideológica e numa reestruturação política, como numa capacidade contínua de readaptação e reajustamento das instituições e das estratégias da luta a cada etapa desta mesma luta.

A persistência em expulsar o colonialismo português e o desejo de liberdade impulsionou nos membros do PAIGC a vontade de prosseguir a luta armada para conquista da soberania nacional, baseada na consciência da unificação das forças provenientes de diversos segmentos sociais e étnicos, resultando num sentimento de unidade nacional atrelado a uma pátria que se quer independente. Entretanto, vale considerar que:

É desta unidade, baseada numa vontade comum de libertação do jugo colonial, que vai nascer a luta e é desta luta que vai emergir a consciência nacional, compreendida como o sentimento de pertença a uma comunidade que ultrapassa as fronteiras étnicas, ou seja, uma comunidade pluriétnica (HANDEM, 1989, p.270).

Depois das distribuições nas frentes, os guerrilheiros começaram a demarcar os territórios que mais tarde constituiriam a zona libertada do país. O governo português até então não havia reconhecido o movimento de libertação na Guiné-Bissau, apenas desdenhava da existência de alguns “bandidos do mato”, e com isso resolveu avançar confiante para o sul do país em direção a Ilha de Como,<sup>5</sup> contando com um grande arsenal de guerra para atacar os

---

<sup>5</sup>A designada Ilha de Como é, na realidade, constituída por três ilhas, Caiar, Como e Catunco, mas que formam na prática um todo, já que a separação entre elas é feita por canais relativamente estreitos e apenas na maré-cheia essa separação é notória. As tabancas existentes são relativamente pequenas e muito dispersas. Possui numerosos arrozais, o que convinha aos guerrilheiros, pois aí tinham uma bela fonte de abastecimento, acrescido do fator estratégico da proximidade com a fronteira marítima Sul e o estabelecimento de uma base num local que facilitava a penetração na península de Tombali e daí poderia ir progredindo para Norte. Portugal não exercia, de fato, qualquer espécie de soberania sobre a ilha. Tornava-se imperioso a recuperação do Como. Foi então planejada pelo Comandante-Chefe a *Operação Tridente* na qual foram envolvidos numerosos efetivos, divididos em quatro Agrupamentos [...], num total de

chamados bandidos do mato.

Em resposta a essa ofensiva, entre janeiro e março de 1964, os guerrilheiros desencadearam uma intensa ação sobre os colonialistas portugueses na Ilha de Como, sudoeste do país. Esta ocorrência, denominada de Batalha de Como, constituiu uma das mais relevantes ofensivas já desencadeadas pelo PAIGC, como também foi um das mais duras e bem sucedidas batalhas na Guiné-Bissau, quantificando grandes baixas ao colonialismo português durante setenta e cinco dias. Como relata Azevedo (1977, p.110-112):

Dos três mil soldados envolvidos no ataque, dois mil haviam sido transferidos há pouco de Angola para a Guiné. Ao contrário dos que chegavam direto de Portugal, já vinham temperados pela luta contra guerrilheiros africanos. Acostumados ao calor, aos insetos, tomando regularmente suas pílulas semanais contra a malária [...]. Os soldados atacaram por seis pontos diferentes com a cobertura de aviões. Esquadrilhas de jatos bombardeavam a margem da mata, separada do mar, em alguns lugares, por mais de três quilômetros de areia e pântano com vegetação rasteira. Com a ilha cercada por mar e pelo rio que a separa do continente, os portugueses pegaram os guerrilheiros em má situação. Os tucas avançaram em todas as frentes, protegidos pelos aviões e pelo fogo das canhoneiras. Avanço rápido nos primeiros momentos [...]. Os portugueses tiveram duas preocupações logo no início: bombardear tabancas onde os guerrilheiros poderiam encontrar apoio e queimar plantações de arroz, como medida preventiva. Era época de colheita. Se o arroz fosse destruído, os defensores da ilha não teriam meios de se alimentar, caso resistissem mais do que estava previsto. A fome dos guerrilheiros poderia ser uma aliada preciosa, independente da quantidade de cola que tivessem guardado nos bolsos. E balantas,

---

cerca de 1200/1300 homens (Cf.: DIAS, Mário: **Guiné 63/74 - CCCLXXII**: Op. Tridente (Ilha do Como, 1964): Parte I. Disponível em: <<http://blogueforanada.blogspot.com.br>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

banhus e bijagós tiveram que abandonar suas palhotas destruídas, as bolanhas incendiadas, e refugiar-se em volta da base. Os portugueses nunca avançavam sós. Eram sempre precedidos pelos aviões, pelas bombas, e se acostumaram a esperar pela segurança tecnológica da força aérea para tentar algum ataque.

Mesmo com toda a supremacia militar dos colonialistas portugueses,<sup>6</sup> os guerrilheiros do PAIGC venceram na Ilha de Como<sup>7</sup>. Esse território passou a fazer parte das regiões denominadas de “zonas libertadas”, que estavam sob domínio do PAIGC, que tinha como comandante das operações João Bernardo Vieira (Nino Vieira), responsável pela frente sul. Desta forma, a vitória em Como, constitui

Uma grande vitória militar que em certa medida foi a base de outras vitórias conquistadas às nossas forças (*sic*) no decorrer do ano de 1964 [...] além disso, Amílcar afirma que a Batalha de Como contribui de maneira eficaz para o aperfeiçoamento de diversos aspectos da nossa vida e da nossa luta, porque foi a batalha de Como que criou-nos novos problemas políticos e militares reveladores de maneira inesperada de deficiências e perigos para o nosso Partido e para nossa luta (CABRAL, 1977, p.42).

Com efeito, a condução da luta no sul do país concedeu

---

<sup>6</sup> Enquanto os oficiais portugueses, que dirigem a luta portuguesa, saem das academias militares, após sete anos de preparação, para além de cursos que lhes são dados – cursos de base, nós tivemos de mobilizar para o combate jovens vindos da cidade ou do campo, alguns deles sem nenhuma instrução e que foram obrigados a adquirir no decurso da própria luta a experiência necessária para enfrentar os oficiais portugueses (CABRAL, 1974, p. 70).

<sup>7</sup> A vitória de Como representou para o PAIGC a tomada de consciência da própria capacidade militar e da justeza das estratégias e táticas utilizadas. Por outro lado, alcançada em plena estação seca, a vitória de Como confirmou a tese de que a época das chuvas não era necessariamente a melhor para intensificar a luta. Esta constatação permitiu um melhor aproveitamento das energias no decorrer da estação das chuvas (Junho-Novembro), nomeadamente o desenvolvimento de algumas culturas agrícolas. (Cf.: GOMES, Patrícia. **Poiésis** – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado), Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), v. 3, n. 6, p. 121-139, jul./dez. 2010).

sucesso ao partido nas conquistas das “zonas libertadas”, além de facilitar o trânsito com a República de Conacri, que faz fronteira com a Guiné ao sul, onde o partido tinha uma base militar (CABRAL, 1984; PEREIRA, 2003).

Vale frisar que estas zonas libertadas se configuravam como um Estado bissau-guineense, dentro do Estado colonial, promovendo políticas públicas de inclusão que contemplassem as populações e os membros do partido através de construção de escolas para formação de quadros políticos, postos médicos, etc.; portanto, constituíam instituições incipientes, criadas nessas zonas libertadas, que serviriam de base a um futuro Estado independente. Nesta perspectiva, Davidson (1976, p.76) ressalta no seu enunciado o relato de Amílcar, que adverte:

[...] o partido revolucionário tinha o objetivo de assegurar que o esforço e o sacrifício despendidos na conquista e na conservação de uma área libertada tivessem a sua recompensa clara, visível o mais depressa e o mais eficazmente possível, em benefícios positivos que todos pudessem compartilhar. Esses benefícios eram as escolas elementares, as clínicas do mato e outros serviços sociais que, na medida do possível, foram criados, dotados de pessoal e abastecidos.

Paralelamente à Batalha de Como, e a poucos quilômetros do teatro das operações, Amílcar Cabral convoca o I Congresso do Partido, em fevereiro de 1964, na zona libertada de Cassacá, sul do País, tendo como participantes os principais dirigentes das bases militares, delegados de tabancas e quadros do partido.

Foram cinco dias de intenso trabalho, para discutir questões de ordem disciplinar dos guerrilheiros. Os motivos da convocação gravitavam em torno de vários aspectos, entretanto, o mais preocupante recaía sobre os desvios dos princípios do partido e da conduta, por parte de alguns dirigentes do partido, nas bases da unidade de guerrilha.

Na pauta do congresso ganharam relevo as denúncias de desvio de comportamento de alguns dirigentes do partido pautado no abuso excessivo do poder e na intimidação das populações. Dentre os

abusos cometidos pelos guerrilheiros, acusações de feitiçaria, seguida de assassinatos, estupros das mulheres, maus tratos, etc. Conforme testemunha José Lopes (2011),<sup>8</sup>

O Congresso de Cassacá foi organizado para discutir a questão de feitiçaria. Muitos combatentes acusavam os homens da tabanca de feitiçaria, quem fosse acusado era fuzilado e o acusador casava com a mulher do acusado. Cabral foi avisado sobre o ato. Imediatamente ele organizou o congresso de Cassacá. Uma das decisões do congresso era mandar matar os combatentes que acusavam outros de feitiçaria, efetuar prisões e transferências dos acusados.

Fortalecendo essa informação, Manuel Saturnino Costa<sup>9</sup>, atual vice-presidente do PAIGC, que também foi um dos comandantes de luta armada na base de Cassacá, ressalta que, apesar de se situar dos fatos de abusos, de estupro e de acusação de feitiçaria noutras bases de luta, ele não tinha a dimensão da relevância da convocação do primeiro congresso. Para este combatente de liberdade da pátria,

O congresso de Cassacá serviu para reorganização do partido e suas estruturas de luta, evidenciando que a luta armada só teria sentido se tivesse sintonia com as populações, e preconiza a guerrilha totalmente integrada no seio das massas populares e condena qualquer tipo de militarismo.

Certamente, problemas dessa natureza colocam em risco todo o plano político e militar desenvolvido pelo partido no tocante à coesão nacional e da unidade no seio do mesmo. Some-se a isso outro aspecto, a ameaça à legitimidade do partido e da liderança de Amílcar Cabral, visava manchar toda a construção positiva da imagem pública do PAIGC, dos seus objetivos e princípios que o diferenciavam do regime colonial (HERNANDEZ, 2002).

O Congresso de Cassacá foi considerado, por muitos

---

<sup>8</sup> Entrevista de José Lopes, bissau-guineense, combatente de liberdade da pátria, Bissau, abril de 2011.

<sup>9</sup>Entrevista do coronel Manuel Saturnino Costa, combatente da liberdade da pátria, Bissau, março de 2011.

militantes, a exemplo de Luís Cabral, como o “renascimento” do PAIGC; além do mais, forjou a materialização do Estado para concretização dos objetivos do partido, pois “o alcance das decisões aí tomadas nos planos políticos, econômico e social, deram a este congresso um caráter histórico, um novo impulso de vitalidade e confiança à atividade do partido” (CABRAL, 1977, p.43).

Segundo o Coronel Manuel Saturnino Costa foi desse congresso que saíram decisões importantes para o desenvolvimento da luta, entre elas a criação do Conselho de Guerra (órgão central de decisão), das Forças Armadas e das milícias populares, objetivando controlar as bases e dar mais segurança às populações e reforçando as novas estratégias de ofensiva militar. Esta mesma reflexão é reforçada por Amílcar Cabral (1977), que afirma:

A aplicação prática das resoluções e decisões do nosso Congresso permitiu-nos realizar progressos notáveis no decorrer do ano de 1964, que transformaram significativamente a situação no nosso país. Por outro lado, submetendo as deficiências e os erros cometidos no seio do Partido a uma crítica severa e a uma autocrítica sincera, o nosso Congresso determinou as medidas necessárias á eliminação dessas faltas. A nossa organização tornou-se assim, no decorrer de 1964, mais forte do que nunca (p.43).

A mudança efetuada no Congresso de Cassacá, considerada primordial na reorganização do partido, concentrou-se em dois níveis: político e militar. No nível político e administrativo foram criados comitês especiais de administração (estado civil, justiça, instrução, saúde, etc.), como forma de suprir as carências das populações e controlar as atitudes abusivas. Além de fortalecer as estratégias do partido para o desenvolvimento da luta, o congresso serviu também a nível militar, para lançar as bases do partido-Estado, através da criação do

[...] Bureau Político, com poderes para criar um Comitê Executivo, constituído por Comitê Central de 65 membros com os seguintes departamentos: Ação Política das Forças Armadas e do Aparelho do partido,

Secretariados para as Atividades Políticas, Informação e propaganda, Segurança, Economia e Finanças, Desenvolvimento e Coordenação da Organização do Partido entre as Massas (ORAMAS, p.60).

Com efeito, essas bases rubricadas pelas ações militares, calcadas na reestruturação e redistribuição das Forças Armadas, através da criação de comandos inter-regionais e de um órgão central da direção da luta armada (Conselho de Guerra), visa conduzir e acompanhar o desenvolvimento das ações nas bases da guerrilha, além da criação de exército popular e da milícia popular encarregada da vigilância das zonas libertadas, a formação de quadros militares especiais (armas pesadas, armas antiaéreas, etc.) marcam de forma decisiva uma nova etapa da luta de libertação nacional, a quinta fase.

No seu testemunho intitulado de Campo em Campo, o comandante Bobo Keita, combatente da liberdade da pátria bissau-guineense, frisa a nova estrutura desenhada com vistas à formação do Estado independente. Segundo ele (apud TAVARES, 2011, p.97):

Esta nova organização do Partido iria permitir-nos afirmar que a situação concreta na nossa terra assemelhava-se a de um Estado independente cuja parte do território, nomeadamente os centros urbanos, era ocupada por forças militares estrangeiras. Foi à estratégia utilizada por Cabral mais tarde para pedir as Nações Unidas que viessem ver no terreno a disposição das nossas forças em relação ao território ocupado pelos colonialistas.

Importante observar que a criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP)<sup>10</sup> antecede o surgimento do Estado nacional na Guiné-Bissau. Entretanto, foram as FARP o baluarte principal do partido em termos de ações militares e na estruturação das unidades de luta. A instituição tinha uma dupla função: era a peça

---

<sup>10</sup>Sobre a importância da FARP na luta de libertação nacional, vide: GOMES, Patrícia. **Poiésis** – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado), Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), v. 3, n. 6, p. 121-139, jul./dez. 2010).

principal para a obtenção da independência e tinha a incumbência de proteger as populações das zonas libertadas.

Das entrevistas, depreende-se que o Congresso de Cassacá, também denominado de I Congresso, reacendeu novos espíritos nos combatentes, criou estruturas para a reconstrução nacional, ajudou de forma significativa a reestruturação de novas Forças Armadas e das primeiras unidades escolares e de saúde nas zonas libertadas.

Foram também redefinidas as novas táticas militares resultante da experiência da própria guerrilha, além das questões relacionadas à unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde. A instalação das unidades de saúde nas zonas libertadas foi imprescindível, porque foi no período em que os colonialistas portugueses recorreram à utilização dos armamentos pesados, em particular aos aviões de bombardeio contra as populações, com o objetivo de reprimir a evolução da luta do PAIGC e os significativos avanços na reestruturação do partido na organização das estratégias de luta.

Seguindo as resoluções do Congresso de Cassacá, o PAIGC decidiu garantir às populações das zonas libertadas o direito à cidadania, criando novas bases tanto econômicas quanto políticas, que favorecessem a elevação de nível de vida destas populações. Para complementar o cenário, a criação de “armazéns do povo” foi primordial no abastecimento dos produtos da cesta básica, como também concedeu o suporte técnico na diversificação das culturas junto aos agricultores, promovendo a reestruturação agrícola e melhorando o nível de vida dos camponeses.

Para o partido, o armazém do povo surgiu como uma empresa geral de comércio tipo estatal que, além de garantir o fornecimento de artigos de primeira necessidade à população das regiões libertadas e, por meio de troca, receber produtos agrícolas que deveriam em seguida ser escoados para o exterior, possibilitou a criação e o desenvolvimento progressivo da base de um comércio externo.

Por sua vez, no nível da organização política nas zonas libertadas, o partido decidiu pela criação de órgãos administrativos, que abrangeriam diversas instituições sociais e políticas, que funcionaram paralelos ao partido, e que teriam a função de preservar a

ideia do partido, com vistas a dirigir a sociedade e o Estado. Neste sentido a,

[...] organização político-administrativa das regiões libertadas compreende as regiões, as zonas e as tabancas. O governo das regiões libertadas está confiado ao Comitê Nacional das Regiões Libertadas, cujo órgão executivo – a Comissão Permanente que decide sobre todos os problemas, em todas as ocasiões necessárias, tanto nas regiões libertadas do norte como nas do sul e leste do país. O responsável nacional da justiça trabalha em estreita ligação com a Comissão Permanente do Comitê Nacional das Regiões libertadas. A justiça é praticada ao nível das tabancas pelos Tribunais populares (PAIGC, 1974, p.160).

No âmbito educacional, destacam-se as unidades escolares denominadas de escolas piloto, centros de referência política e educacional, destinadas aos filhos dos combatentes e aos órfãos de guerra.

Eram nessas unidades escolares que as crianças eram educadas e socializadas com base nos princípios de luta, de amor à pátria, do sentido de solidariedade e desenvolviam as aptidões da poesia e teatro. Como forma de potencializar estas unidades e atrair apoios da comunidade internacional para a manutenção dos internatos, criou-se uma instituição de caráter jurídico, denominada Instituto da Amizade, a fim de reforçar a permanência dos alunos (CABRAL, 1984).

Vale analisar que as zonas libertadas constituem palco de internacionalização política de Amílcar Cabral e da sua política de combate ao colonialismo português. Nesses territórios é que Cabral desenhava todas as estratégias do funcionamento do Estado nacional bissau-guineense e da promoção da cidadania e dignidade humana. Não obstante, nessas zonas, consideradas estados livres, é que se concentravam as visitas das mais distintas instituições africanas e internacionais para conferir de perto o sucesso da ideologia revolucionária de Amílcar Cabral.

É importante notar que os dois grandes eventos de 1964 - a

Batalha de Como e o I Congresso do Partido, ou seja, o Congresso de Cassacá - alteraram de forma significativa o desenvolvimento da luta armada na Guiné-Bissau. Foi através desses eventos que o partido reformulou a sua estrutura para uma evolução consistente da luta, criando alicerces para a geração do embrião do futuro Estado.

Daí, inicia-se uma nova etapa na intensificação da luta e da ampliação das frentes de combate, com a formação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) e a reconstrução nacional nas regiões libertadas.

Desta forma, o Congresso de Cassacá abriu caminho para o partido na concretização de sua ideologia de luta e conquista da legitimidade política junto às massas populares, além de fortalecer as relações de confiança numa coordenação conjunta na organização da luta (milícia popular), confiando-lhes a função de segurança das zonas libertadas e das populações destas regiões.

A partir do Congresso de Cassacá houve a parceria entre o poder político e o poder tradicional, conferindo aos chefes de tabanca a legitimidade e a confiança na organização política do partido, como também tornou-se cada vez mais segura a construção de uma sociedade mais justa centrada na igualdade e liberdade de todos os cidadãos sem distinção de classe social, crença ou etnia.

Mas é preciso observar que há outros aspectos também dignos de atenção especial, que nortearam os bastidores do Congresso de Cassacá, nomeadamente as contradições étnicas e o dilema da unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde. A alegada ausência dos caboverdianos nas frentes de combate rendeu várias críticas a Amílcar Cabral por parte de muitos combatentes bissau-guineenses, que afirmavam existir só bissau-guineenses na linha de frente da guerra e que caboverdianos ficariam em Cabo Verde ou no quartel general de Conacri.

Após este congresso, Pedro Pires, Luís Cabral e outros caboverdianos tiveram uma presença mais acentuada nas zonas libertadas na organização e na formação do exército. É nas formulações de José Castanheira que observamos as mudanças provenientes do Congresso de Cassacá no tocante às questões de nacionalidades e hierarquias militares entre bissau-guineenses e

caboverdianos. Segundo o autor,

em 1964, no Congresso de Cassacá, criou-se o cargo de presidente do Comitê Central, sob a proposta de Cabral, foi eleito Rafael Barbosa, um bissau-guineense que nunca viria a exercer as funções devido ao seu afastamento do partido. Tinham medo que alguém fizesse sombra à Amílcar Cabral, acusa Rafael Barbosa”. Daí em diante a liderança militar era religiosamente dividida, ou seja, uma espécie de marcação homem a homem. Nino Vieira, apud (Castanheira, 1995, pp.164/165) afirma: a frente de combate era dividida em três: a frente leste, comandada pelo Osvaldo Vieira e pelo Amílcar Cabral, a Sul, por mim e pelo Aristides Pereira, e a Norte, pelo Chico Mendes e pelo Luís Cabral, mas ainda tinha o Pedro Pires que também estava na frente leste. Todos pertenciam ao Conselho de Guerra (CASTANHEIRA, 1995, pp.164/165).

Tão importante quanto a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde são as questões relativas à unidade nacional na Guiné-Bissau, ou seja, à unidade étnica, que estava em descompasso na luta; o engajamento de alguns grupos étnicos estava condicionado à sua estratificação social, o que acentua certa desproporção, deixando claro que a conexão entre diversidade étnica e unidade nacional para a luta de libertação estava limitada a um aparente discurso. Amílcar Cabral reconhece as dificuldades dessa conexão e afirma:

[...] a luta no litoral de nossa terra, entre os manjacos é outra, no Oio tem de ser de outra maneira. Há muitas diferenças. Por exemplo, os homens grandes (anciões) mandingas, temos de ver a maneira de lidar com eles, não da mesma maneira que tratamos com os homens grandes balantas. Mas no Gabú já é diferente e tivemos de fazer a luta de uma maneira completamente diferente [...]. Se compararmos a luta no Gabú com a luta ao sul da nossa terra, são duas lutas como se fossem de duas terras diferentes (CABRAL, 1977, p.101).

A citação acima nos coloca diante da fatídica questão: que unidade étnica ou nacional então se preconizava? Vale salientar que a unidade nestas circunstâncias de diversidade étnica concretiza-se nas aspirações comuns, no caso em questão, da opressão colonial, da submissão de abusos excessivos de forma direta ou indireta, de apelo ao patriotismo, de uma ampla conscientização política para a libertação nacional.

### **REFLEXOS DA EVOLUÇÃO DA LUTA NO CONTEXTO INTERNACIONAL**

O sucesso da luta de libertação nacional não se limitava apenas ao projeto visionário de unidade étnica e unidade binacional preconizada por Amílcar Cabral, mas também pelas alianças estratégicas estabelecidas com diversos países que apoiaram e financiaram a luta contra a colonização portuguesa.

Em nível internacional, o PAIGC contou com o aval da OUA e da ONU no reconhecimento da legitimidade política no tocante à representação dos interesses do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde para a obtenção de liberdade, autonomia e soberania nacional.

É nesse ensejo que a ONU decidiu, através da Resolução 2395(XXIII), parágrafo 12 da Assembleia Geral, de 29 de Novembro de 1967, usar medidas restritivas a Portugal quanto ao uso de alguns métodos na repressão dos movimentos independentistas nas colônias africanas, neste caso particular da Guiné “portuguesa”.

As restrições gravitavam ao redor dos ataques aos civis, aos territórios controlados pelo PAIGC, a aplicação de armas criminosas (napalm), por fim, ao aliciamento forçado das populações para aderirem ao sistema colonial, ou seja, a constituição do comando africano dentro da tropa colonial.

Ainda no âmbito da conjuntura internacional, além da ONU e OUA acima referidos, o PAIGC recebeu apoio de vários países, em particular os países socialistas, a exemplo da então URSS e Cuba, que foram significativos no desenvolvimento da luta contra o domínio colonial português na conquista da soberania.

Havia também uma forte articulação com outros países,

como Checoslováquia, China, Bulgária, Hungria, Alemanha Oriental, Noruega, da Suécia, etc., no sentido de formação política, treinamento militar e de suporte do abastecimento material para o desenvolvimento da luta armada. A Suécia através do seu primeiro ministro Olof Palme tinha uma particularidade que se distingue em relação aos outros países no tocante a ajuda, pois forneceu um apoio incomensurável para PAIGC no desenvolvimento da luta nas zonas libertadas e na melhoria de condições de vida das populações destas zonas. Assim testemunha Luís Cabral (1984):

[...] em menos de dois anos era visível em todas as nossas atividades sociais, a presença inconfundível da ajuda da Suécia. Material escolar diverso e de primeira qualidade foi posto à disposição dos nossos alunos quando tínhamos falta de artigos escolares, medicamentos e material sanitário, tecidos, sabão, fósforos e outros artigos de primeira necessidade foram levados para os depósitos dos Armazéns do povo e contribuíram significativamente para melhorar a vida das populações. (...) o grande valor da ajuda da Suécia consiste no fato de que ele veio preencher um vazio que começava a ser explorado pelo inimigo. E é por isso que a ajuda sueca veio permitir um gigantesco passo na construção de uma vida melhor para o povo das áreas libertadas (p.334).

Importante destacar, neste cenário de apoios, a significativa contribuição dos países africanos independentes, tais como Líbia (1952), Marrocos (1956), Gana (1957), Guiné-Conacri (1958), Senegal (1960), Congo (1960) e Argélia (1962), dentre outros, que constituíram-se em importantes baluartes no desenvolvimento das estratégias de lutas e na preparação de militantes políticos na luta pela independência da Guiné Bissau.

Assim sendo, os apoios variavam desde armamentos à estruturação da base organizativa para a viabilização das mobilizações através de materiais políticos de divulgação, tais como panfletos, cartilhas, impressão de artigos, etc. (CABRAL, 1984; GARCIA, 2000; LOPES, 1996).

Neste contexto, destacamos, ao nível do continente, a República de Guiné-Conacri como retaguarda principal da luta na então Guiné portuguesa. Trata-se de um país vizinho, situado ao sul da atual Guiné-Bissau, que serviu de base não só na implantação de uma academia militar para a viabilização da luta armada, onde seriam construídas as balizas para as ações ideológicas e armadas para o desenvolvimento e a concretização da luta, como também de suporte para suprir carências sociopolíticas e educacionais dos combatentes.

Por essa via, foi instalada uma unidade de escola política, ainda que em condições precárias, que objetivava formar politicamente os militantes a fim de capacitá-los sobre os projetos de luta de libertação.

Nesse período, foi construído o “Lar dos combatentes”, que servia de centro de formação dos primeiros combatentes no manejo de armamentos mais simples e onde também receberam a sua preparação política e cívica (CABRAL, 1984, p.108). Havia o chamado “Seminário de quadros”, que objetivava elevar a consciência política e a militância dos estudantes do partido, dirigido por Amílcar Cabral com intuito de conter a fuga dos militantes que pretendiam abandonar a luta para viabilizar os estudos em Portugal ou outros países da Europa.

Importante analisar que Conacri serviu também de base transitória para Angola. Alguns Estudantes da Casa dos Estudantes do Império (CEI) estavam no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), como Mário de Andrade (presidente do movimento), Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Eduardo dos Santos, Hugo Menezes, Gentil Viana, etc., que trabalharam lado a lado para traçar as estratégias ideológicas para o desenvolvimento da luta nas colônias portuguesas (CABRAL, 1984).

Convém de igual modo ressaltar a contribuição de Mário de Andrade em Conacri na formatação ideológica da luta e também na sua internacionalização. Dentre todos os colegas da CEI, Mário de Andrade constituiu-se num dos principais interlocutores de Amílcar Cabral<sup>11</sup> na construção da engenharia da ideologia cabralista, que

---

<sup>11</sup> Importante salientar que a confluência teórica presente nos *papers* apresentados por Amílcar Cabral, principalmente no campo das ciências sociais, no tocante aos conceitos de cultura, tribo, etnia, povo, classe, etc. é, sem dúvida, a demonstração clara da

conduziu à luta de libertação nacional.

A sua formação em filosofia clássica e sociologia modelou sobremaneira a retórica discursiva e ideológica, que permeava os movimentos anticolonialistas das colônias portuguesas. Não quero dizer com isso que Mário de Andrade era o principal articulador político da ideologia nacionalista africana, menosprezando com isso a capacidade ideológica de Amílcar Cabral, apenas sinalizo que as articulações políticas dessas duas personagens contribuíram de modo significativo na engenharia da luta de libertação nacional e na obtenção da independência nacional.

Durante a fase de edificação do Estado nacional no período pós-independência, já na ausência de Amílcar Cabral, devido aos problemas internos com a MPLA, Mário de Andrade<sup>12</sup> foi nomeado para cargo de ministro da Informação e Cultura no primeiro governo de Guiné- Bissau.

Deve-se observar também que Amílcar Cabral teve outros interlocutores (diretos e indiretos), que influenciaram de forma significativa no ideário de formação, organização política, ideológica e militar do PAIGC.

Foi possível identificar as contribuições das teorias marxistas de acentuado caráter socialista, adquiridas, sobretudo nas relações de proximidade com países tais como: União Soviética, Cuba, China, etc., e da corrente ideológica pan-africanista, além das personalidades que lhes inspiravam, como o martiniquense Frantz

---

expressiva influência desse campo de conhecimento na socialização política de Amílcar Cabral. Outro aspecto não menos importante é a formação política pan-africanista no pensamento político de Amílcar e de outros dirigentes africanos.

<sup>12</sup>Em 1974, Mário de Andrade, com o seu irmão Joaquim de Andrade funda a “Revolta Activa”, corrente que se opõe à liderança de Agostinho Neto no MPLA, exigindo a democratização do regime; os dois irmãos Pinto de Andrade e outros militantes são muito perseguidos e têm que abandonar Angola. Em 1976, após a independência de Angola, Mário exila-se na Guiné-Bissau e ocupa o cargo de coordenador-geral do Conselho Nacional de Cultura. Em 1978 a 1980, Mário de Andrade é o Ministro da Informação e Cultura da Guiné-Bissau, ou seja, do ministro de informação e cultura. Em 1980, com o Golpe de estado liderado por “Nino” Vieira na Guiné; Mário desloca-se para Cabo Verde. Disponível em: <http://www.vidaslusofonas.pt>. Acesso em agosto de 2012.

Fanon, os africanos Patrice Lumumba, Kwame N’Krumah, Gamal Abdel Nasser, Agostinho Neto, Julius Nyeréré, o presidente cubano Fidel Castro, Mao Tsé-Tsung, o general vietnamita Vo Nguyen Giap, para citar alguns, que contribuíram e inspiraram o trabalho político e a prática revolucionária da luta de libertação nacional na Guiné-Bissau.

O reconhecimento da transversalidade teórica de Amílcar Cabral entre seus pares e a nível internacional, e os contributos para a teoria e a prática revolucionária no desenvolvimento da luta de libertação nacional na Guiné-Bissau granjeou-lhe os títulos de “Honoris Causa em Ciências Sociais da Academia das Ciências Sociais da União Soviética e Doutor Honoris Causa da Universidade de Lincoln dos Estados Unidos e das condecorações Gamal Abdel Nasser”, etc., atributos que consolidam o reconhecimento da sua personalidade intelectual de *leader* revolucionário merecendo destaque entre outros líderes de libertação nacional em África (ORAMAS, 1998, p.139).

No que se refere à república vizinha, Senegal, não houve apoio exaustivo comparado com o oferecido por Guiné-Conacri. Entretanto, colaboraram à sua maneira através do governo de Senghor, que depois de superar a crise entre as organizações partidárias no país e o PAIGC, autorizou a circulação dos materiais de guerra do PAIGC sob controle e fiscalização do exército senegalês (CABRAL, 1984).

Todas as manifestações de apoio provenientes das diversas organizações políticas e países foram resultado da configuração da engenharia política e ideológica com que o PAIGC conduziu a luta de libertação nacional, fazendo com que ao nível do próprio continente se atraísse a ajuda dos países independentes.

Em linhas gerais, um dos aspectos que também marcaram a internacionalização da luta armada foi a participação de Amílcar Cabral nas conferências internacionais, que lhe possibilitaram estabelecer contatos com os líderes nacionalistas de outros países e que contribuíram significativamente não apenas na viabilização do envio de munições para o desenvolvimento da luta, como também deram prestígio político ao PAIGC no rol dos movimentos independentistas africanos. Outro aspecto que merece ser revelado é o apoio no âmbito da formação política e militar dos combatentes,

objetivando a especialização militar dos quadros.

Nesse âmbito de concessões de apoios, vale destacar a Conferência Tricontinental, em Havana, em 1966, no desenvolvimento da luta de libertação. Nesta conferência, houve a participação de uma delegação do PAIGC (Vasco Cabral, bissau-guineense; Pedro Pires, caboverdiano; Abílio Duarte, caboverdiano; e Domingos Ramos, bissau-guineense), encabeçada por Amílcar Cabral, a fim de participarem da I Conferência de Solidariedade com os Povos da África, Ásia e América.

O encontro de Amílcar Cabral com o dirigente cubano Fidel Castro nesse evento contribuiu de forma significativa para dirimir as dificuldades do partido e do andamento da luta. Um dos resultados desse encontro ocorreu no campo da saúde, permitindo que fossem deslocados médicos cubanos para a Guiné-Bissau a fim de contribuírem no apoio à população civil das zonas libertadas.

No seu depoimento, Carmem Pereira<sup>13</sup> afirma que a presença de médicos cubanos permitiu a troca de experiência entre os quadros de saúde que o PAIGC havia treinado para prestar os primeiros socorros nas zonas libertadas, auxiliando-os a aprimorarem os conhecimentos de medicina.

Além desses profissionais, outras ajudas foram concedidas, “tais como: carros (acompanhados de motoristas e mecânicos para instruir os combatentes), cigarros, açúcar vermelho, fardas e equipamento para as forças armadas” (CABRAL, 1984, p.252).

Contudo, há alguns autores, como Oscar Oramas, que ressaltam que os militares cubanos não apenas auxiliaram no campo social, como também no campo de combate estiveram lado a lado com os guerrilheiros do PAIGC. É também nos fins de 1966 que o PAIGC obtém o controle de 60% do território, permitindo a expansão de atividades políticas e sociais nas regiões libertadas.

Para Amílcar Cabral, tanto os apoios dos países socialistas (Cuba e União Soviética), quanto dos países africanos da sub-região são primordiais na engenharia da luta armada. Entretanto, é da

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida em abril de 2011, em Bissau.

proximidade ideológica com Cuba que o líder de PAIGC ressalta:

A Cuba está muito mais próxima das suas concepções, devido às peculiaridades da luta que lidera pela independência nacional. Sente um alto apreço por Fidel e pela sua posição nacionalista, independente, afastada do conflito sino-soviético, com uma decidida ação anti-imperialista, anti-colonialista e de apoio sem restrições a luta de libertação nacional dos povos. Assim se expressa Amílcar, ressaltando que a identidade nacional cubana que une brancos e negros, o seu espírito internacionalista, a sua decisão de manter a todo o custo a independência e soberania nacionais, são fatores que podem influir positivamente nos objetivos que o PAIGC persegue, como nenhum outro país, está em condições de o fazer (CABRAL *apud* ORAMAS, 1998, p.88.).

O ano de 1967<sup>14</sup> marca a decadência do colonialismo português na Guiné-Bissau. Depois da significativa derrota na Batalha de Como, a evolução do PAIGC tornava-se cada vez mais evidente, ao inaugurar a primeira emissão da Rádio Libertação,<sup>15</sup> que permitia fortalecer sua campanha contra o colonialismo e conquistar os adeptos que ainda não haviam aderido à ideologia da luta. Além de possibilitar

<sup>14</sup>Nas Ilhas de Cabo Verde, os colonialistas portugueses, alarmados pelos progressos realizados pelo nosso partido no ano de 1967, reforçaram o seu aparelho repressivo e desencadearam uma vasta operação contra as forças nacionalistas. Centenas de patriotas foram perseguidos ou presos, outros deportados para Portugal, Angola e Moçambique. Estas medidas repressivas mais não fizeram do que polarizar a atenção das populações para a luta, desmascarar a verdadeira face do colonialismo português no arquipélago, reforçar o ódio e a consciência política dos patriotas no âmbito da unidade necessária, sob direção do nosso partido (CABRAL, 1977, p.55).

<sup>15</sup>Era através das emissões da rádio que muitos guerrilheiros, em deslocações lentas e arriscadas pelo interior do território, tinham notícias, através dos frequentes comunicados de guerra, da situação militar noutras frentes... As emissões eram feitas em português e em crioulo, mais rapidamente se alargou o espectro de ouvintes, com programações em outras línguas nacionais como balanta, beafada, mancanha e, numa fase posterior, fula e mandinga. Entre as várias rubricas, a rádio emitia “vamos conhecer a Nossa Terra”, com duração de 15 minutos que focava temas relacionados com a geografia do país. O programa foi alargado para meia hora, passando a difundir notícias sobre outras guerras de Portugal em África, sobretudo a de Angola, graças aos permanentes contactos com o pessoal da rádio do MPLA, Viva Angola Combatente, emitida a partir de Brazzaville para todo o território angolano (TOMÁS, p. 201).

o “desenvolvimento da ação política por meio de uma ampla informação sobre a marcha da luta, os objetivos do partido, os crimes dos colonialistas portugueses e acontecimentos africanos mundiais” (CABRAL, 1977, p.59). Some-se a isso outro meio importante de divulgação mensal, o *PAIGC L'Actualités*, de circulação internacional, objetivando também difundir o desenvolvimento da luta, como também atraindo apoios dos organismos internacionais.

Um ano mais tarde, em 1968, o PAIGC tomou o campo fortificado de Madina de Boé, concluindo a libertação da região do Boé na frente leste, região leste da Guiné. Foi nesse contexto que o governo militar de Bissau na pessoa de Arnaldo Schultz pediu a demissão em maio de 1968, e foi substituído pelo Comandante António Spínola.

Durante o ano de 1969, os colonialistas foram surpreendidos com a ousada investida dos guerrilheiros no ataque ao aeroporto de Bissalanca em Bissau durante a visita do presidente de Portugal. Paralelamente a este evento, o novo governo português desenhou duas estratégias principais para reverter a situação, que visava conquistar a confiança dos bissau-guineenses através do “Programa para uma Guiné melhor”, ou seja, a denominada política de duas faces, na feliz observação de Amílcar.

O primeiro, com intuito de destruir todas as formas de resistências sobre a presença colonial, seguiram a política de aliciamento das populações locais no tocante à denominada “compra das consciências africanas”.<sup>16</sup>

Outra estratégia articulada pelo Comandante Spínola foi enfatizada nos depoimentos concedidos a esse trabalho pelos combatentes da liberdade da Pátria, que recaí sobre a libertação dos prisioneiros políticos do PAIGC. Este ato aconteceu nas circunstâncias das manifestações organizadas nas diferentes capitais no tocante ao

---

<sup>16</sup> Tratava-se de uma política caracterizada, por um lado, por atos de falsas gentilezas e atenções para com as populações das zonas de centros urbanos ainda ocupados, de concessões nos planos social e religioso, com a construção ativa de escolas, de postos sanitários e de mesquitas, assim como na organização de viagens a Portugal, atribuição de bolsas de estudos, etc. Por outro, fala-se de paz, de evolução para a uma situação “em que os filhos do país enfim preparados poderão decidir o seu próprio destino”. Nós, os combatentes, somos acusados de ser promotores de guerra, de não querer a paz que permitiria construir uma vida melhor, etc. (ANDRADE *apud* CABRAL, 1977, p.69).

10º aniversário do Massacre de Pindjiguiti, no comício de 03 de agosto de 1969, com intuito de reforçar a denuncia dos crimes e atrocidades coloniais. Foi nesse ensejo que os colonialistas aproveitaram a oportunidade e os prisioneiros políticos do PAIGC foram apresentados.

Segundo os depoimentos dos combatentes da liberdade da pátria,<sup>17</sup> dentre os prisioneiros, o escolhido para falar em nome dos colegas foi Rafael Barbosa, antigo presidente do comitê central do partido. Em tom de agradecimento pela sua liberdade e dos seus colegas, Rafael sentiu-se obrigado a proferir elogios ao governo colonial, afirmando “que o governo militar não era mais português do que ele próprio”.<sup>18</sup>

Foi nesse contexto que o principal articulador do movimento clandestino se “opôs” aos companheiros da luta, servindo de elo do colonialismo, denunciando as ações do partido<sup>19</sup>. Esse fato pesou muito sobre Rafael Barbosa, o que resultou mais tarde no seu afastamento definitivo do partido.

Dáí que a imagem de Barbosa, marcada pela brilhante atividade política clandestina no protagonismo de movimento de contestação de cunho nacionalista, foi manchada pela forçosa atitude de “colaborar” com o colonialista para concessão de sua liberdade. Desta forma, mesmo depois da independência, Barbosa não foi compreendido pelos compatriotas, e assim ficou por fora do PAIGC como membro.

Do ponto de vista político, o governador português sentia-se ameaçado com o desenvolvimento dos meios de comunicação promovido pelo PAIGC com o propósito de ampliar a mobilização da população local. Neste sentido, Spínola atacou a grande fragilidade do projeto de Cabral: unidade entre bissau-guineenses e caboverdianos

---

<sup>17</sup> Entrevista de Manuel Saturnino Costa, Carmem Pereira, José Lopes, Francisca Pereira, Elisée Turpin e Adriano Ferreira, Bissau, março/abril de 2011.

<sup>18</sup>O “Times”, na sua edição de 5 de agosto de 1969, citava excertos do discurso de Rafael Barbosa em que dizia: “Bem haja, pois a vossa excelência, pela bela atitude que, neste momento, carregou sobre os seus ombros, ao libertar estas dezenas de homens que iludidos nas promessas vãs daqueles que, a soldo dos países estrangeiros, os lançaram na rebelião [...]. Eu prometo que serei tão português como Vossa Excelência” (TOMÁS, p. 228).

<sup>19</sup>Entrevistas concedidas em abril/maio de 2011 em Bissau.

para desencadear a luta.

Ciente dos antagonismos que assombravam a relação entre os militantes destes dois países, produzido pela própria administração portuguesa por conceder privilégios aos caboverdianos em relação aos bissau-guineenses, o então administrador português prometeu destituir os caboverdianos de altos cargos para substituí-los pelos nativos locais. Ainda afirmava que a unidade com Cabo Verde só prejudicava os verdadeiros filhos da Guiné-Bissau. Estas alusões, Cabral considerou-as oportunistas e racistas.

Deve-se observar que apesar de todas as estratégias de governo colonial de articular esforços para a permanência do domínio colonial, o ano de 1969<sup>20</sup> sinalizava, sem dúvida, que os dias do colonialismo na Guiné-Bissau estavam contados. O sucesso militar do PAIGC era notório, os guerrilheiros estavam fortalecidos em todos os aspectos, em particular a nível militar com emprego de novas munições e o avanço nas áreas fortificadas do inimigo se concretizava a cada dia, causando inúmeras baixas aos oponentes.

Tudo isso gerou uma forte crise no seio do exército português, provocando deserções<sup>21</sup> de alguns soldados em suas fileiras. Não obstante, dentre todas as colônias portuguesas, a Guiné-Bissau constitui-se numa das colônias onde a luta obteve mais alto nível, tendo repercussão tanto nacional quanto internacional; na feliz expressão do jornalista do “Times” de Londres: é o país que se tornou

---

<sup>20</sup>Em Cabo Verde, onde a nossa atividade política é ainda clandestina, os progressos realizados no decorrer de 1969, ultrapassaram significativamente as nossas previsões. Desenvolveu-se e consolidou-se a organização do partido em algumas Ilhas, nomeadamente no campo e entre os trabalhadores em geral. Milhares de panfletos e outros documentos do partido foram amplamente distribuídos em todo o Arquipélago, e reforçadas as condições necessárias a uma nova fase da luta. Se é certo que tais resultados são o fruto de trabalho da direção do Partido e dos esforços e sacrifícios feitos pelos militantes de vanguarda, e que refletem numa elevação geral do nível de consciência política e patriótica das populações caboverdianas, é igualmente certo que os próprios colonialistas portugueses, com a repressão criminosa e cega que praticaram num determinado número de ilhas [...] criaram as condições mais favoráveis à nossa ação (CABRAL *apud* ANDRADE, 1977, p.73).

<sup>21</sup>Convém assinalar que, oito militares portugueses desertaram, para a Guiné [...] mas é em Portugal que as deserções são mais numerosas. Milhares de jovens portugueses fugiram para o estrangeiro, nomeadamente os que souberam ou suspeitaram de que seriam mandados para a nossa terra. Também isso é uma vitória (CABRAL *apud* ANDRADE, 1977, p.153).

o Calcanhar de Aquiles da política colonial portuguesa”.<sup>22</sup>

Sobre esse ponto, Cabral (1977, p.74) considera que

Em ano de 1969, consolidamos os progressos realizados em 1968 e intensificamos a luta em todas as frentes. Até os meados de dezembro as nossas forças armadas efetuaram setenta e um ataques contra as posições fortificadas inimigas, causando grandes prejuízos nas instalações e nas forças vivas militares, travaram cento e sessenta e quatro combatentes no decorrer das emboscadas e outros reencontros, efetuaram quarenta e seis ações importantes de explosão de minas, puseram fora de combates pelo menos mil quatrocentos e oito militares inimigos, apoderaram-se duma quantidade importante de material de guerra, destruíram nove aviões [...].

Fortalecendo os planos de Spínola, outra atitude desesperada foi empreendida pelo governo português: em 22 de novembro de 1970, objetivando destruir e neutralizar o PAIGC e as conquistas alcançadas pela luta armada, desencadeou um ataque denominado “Operação Mar Verde”, contra a região vizinha de Guiné-Conacri onde o PAIGC tinha a sua retaguarda de guerra.

Nesta ação planejada pelos colonialistas portugueses estiveram implicados os altos dirigentes da República bissau-guineense, que intencionavam derrubar o regime do Sekou Touré e ter acesso ao poder. Portanto, a “Operação Mar Verde”, chefiada pelo comandante português Alpoim Calvão, tinha como objetivo a libertação dos soldados portugueses presos pelo PAIGC no campo da batalha, prender os dirigentes do PAIGC e assassinar o Presidente da República Sekou Touré. Não obstante, tanto Amílcar quanto Sekou Touré estavam ausentes do país durante a operação; nesse sentido, a operação não cumpriu todos os objetivos.

Retomando o cenário da evolução da luta de libertação nacional, convém assinalar a relevância dos anos de 1967, 1968, 1969

---

<sup>22</sup> Idem, p.38.

e 1970, na consolidação da independência na Guiné-Bissau. Estes anos foram cruciais na evolução da luta armada, traçando períodos de vitórias significativas contra a supremacia militar do colonialismo português.

Portanto, todas estas estratégias do governo português não contiveram as ações do PAIGC, deixando o colonialismo em vias de decadência. O reconhecimento das regiões libertadas da Guiné-Bissau por parte das delegações estrangeiras constitui uma das maiores derrotas do colonialismo português; foi nas regiões libertadas que se registrou a visita de vários “jornalistas, fotógrafos, cineastas, parlamentares e militares provenientes de países africanos, de países socialistas da Europa, Ásia e América, dentre eles, a delegação militar da OUA e uma delegação parlamentar sueca” (PAIGC, 1974, p.153-154.), que ansiavam por documentar a experiência inédita de luta de libertação nacional num país africano que conseguiu estruturar uma nação no interior do Estado colonial.

Apesar de todos os avanços registrados no tocante ao desenvolvimento da luta, o PAIGC sofreu perdas significativas dos seus principais combatentes na guerra contra o colonialismo português, como é o caso de Domingos Ramos (membro de *bureau* político), Pansau Na Isna (membro do comitê central do partido), Chico Mendes<sup>23</sup> (membro do *bureau* político), Vitorino Costa, Titina Silá, Canha Nan Tinguê, Quinta Kinté, só para citar alguns nomes, que são mártires e heróis nacionais da luta de libertação nacional.

Em 1972, Amílcar Cabral participou da quarta comissão dos assuntos gerais da ONU, onde reforçou a existência das zonas libertadas na Guiné-Bissau, apelando para o apoio à descolonização

---

<sup>23</sup>Francisco Mendes, vulgo Chico Mendes, aqui citado, era combatente da liberdade da pátria na Guiné Bissau, membro de *bureau* político do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) durante a luta de libertação nacional, veio a morrer depois da independência. Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, foi seringueiro, sindicalista, ativista ambiental e ultrarrevolucionário brasileiro. Sua atividade política visava à preservação da Floresta Amazônica e lhe deu projeção mundial. Em 2012, foi eleito o 28º maior brasileiro de todos os tempos, no concurso O Maior Brasileiro de Todos os Tempos, realizado pelo SBT com a BBC de Londres. Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado com tiros de escopeta no peito na porta dos fundos de sua casa. Chico anunciou que seria morto em função de sua intensa luta pela preservação da Amazônia, e buscou proteção, mas as autoridades e a imprensa não deram atenção.

total da Guiné-Bissau e Cabo Verde, como também pediu o reconhecimento dos delegados dos países membros da ONU das zonas libertadas na Guiné-Bissau, considerado por ele como um Estado independente dentro do Estado colonial, em que parte do território nacional é ocupada pelo PAIGC. Alguns meses depois, a solicitação de Amílcar Cabral havia se concretizado e a ONU decidiu enviar uma delegação para as regiões libertadas da Guiné-Bissau.

A visita da delegação da ONU nas regiões libertadas serviu para reforçar o prestígio que o partido vinha adquirindo a nível internacional, pois se tratava da primeira organização de caráter internacional a efetuar visitas nas zonas libertadas a fim de conferir o desenvolvimento da luta e as condições que o PAIGC atravessa no tocante ao combate ao colonialismo.

Esse evento concedeu legitimidade ao PAIGC para proclamar a independência unilateral na Guiné-Bissau. Vale ressaltar que essa independência da Guiné-Bissau estava estendida a Cabo Verde, no entanto, cada ofensiva militar desencadeada na Guiné-Bissau visava à libertação conjunta dos dois países.

Devido ao avanço da guerra e ao fato do partido controlar a maior parte dos espaços territoriais do país com a exceção de algumas aldeias e ilhas de difícil acesso, controladas pelos colonialistas, o PAIGC contava em 1972 com cerca de 70% dos territórios libertados.

Nesse momento foi organizado o sufrágio universal nas zonas libertadas, objetivando não só eleger as assembleias regionais, com intuito de formar os representantes da assembleia nacional, visando à construção da base de um Estado independente, como forma de focar a separação entre partido e Estado, como também ampliar a participação política nas estruturas do futuro Estado. Foram convocadas reuniões que objetivavam explicar:

O significado das eleições e das assembleias, a elaborar um recenseamento eleitoral, a nomear aqueles que fiscalizariam a votação, a discutir os fatores que tinham influenciado na escolha dos candidatos: fatores de equilíbrio local entre aldeias, de escolha entre homens e mulheres, deste ou daquele assunto local, etc. (SANTOS, 1989, p. 65).

Tudo isso implicava num processo da retomada do poder e consequentemente da independência. As circunstâncias da crise que Portugal atravessava a nível interno, reforçada pela derrota que o colonialismo português enfrentava na Guiné-Bissau, fez com que o PAIGC decidisse proclamar o Estado da Guiné-Bissau, condicionando uma parte do território sob domínio colonial.

Portanto, a legalidade dessa proclamação unilateral da independência estava alçada nos princípios da ONU, que também prezava pelo controle da maioria do território. Este fato veio tornar a ocupação portuguesa na Guiné-Bissau ilegal.

Amílcar Cabral havia traçado a estrutura do novo Estado de Guiné-Bissau composta por: Constituição da República, principais órgãos do poder, métodos eleitorais, a composição da assembleia nacional popular e os princípios que regem essa organização.

Não obstante, o pior estava por vir: Amílcar Cabral foi assassinado em 20 de janeiro de 1973 em Conacri. Sua morte constituiu um dos maiores golpes que o PAIGC sofreu durante todo o percurso da luta, visto que ali morreu não apenas um ideólogo do partido como também todo o projeto visionário de um Estado nacional centrado na justiça, liberdade, igualdade de todos os cidadãos e na unidade binacional.

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997. (Col. Caminhos da Memória).

ANDRADE, Mário Pinto de. *A geração de Cabral*. (Palestra feita na Escola Piloto, em 8 de Fevereiro de 1973).

ANDRADE, Mário Pinto de. *A guerra dos povos na Guiné-Bissau*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974/1975.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Antologia da Poesia Negra de expressão Portuguesa*. Paris: Pierre Jean Oswald, 1958.

ANDRADE, Mário Pinto de (Coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: a prática revolucionária Unidade e Luta*. Vol II. [s.n.:s.l.], 1977. p.27-31.

ANDRADE, Mário Pinto de. A Dimensão Cultural na Estratégia da libertação nacional: Identidade, poder cultural e democracia. In: Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral . Cabo Verde, 1983.

AZEVEDO, Licínio; RODRIGUES, Maria da Paz. *Diário da libertação: a Guiné Bissau da nova África*. São Paulo: Versus, 1977.

BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria (Carlos Comitini)*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980. (Coleção Terceiro Mundo. Vol. 04. Cap. 04).

CABRAL, Amílcar. *Guiné-Bissau: Nação africana forjada na luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974.

CABRAL, Amílcar. A prática revolucionária. In: ANDRADE, Mário de (Org.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral - Unidade e luta II*. Vol. II. Seara Nova: Comitê Executivo de Luta do PAIGC, 1977.

CABRAL, Amílcar. *Unidade e luta: a arma da teoria*. Vol. I. Lisboa: Seara Nova, 1977.

CABRAL, Luís. *Crônica da libertação*. Lisboa: O Jornal, 1984.

CABRAL, Luís. A Guiné é o País da Mentira. In: Jornal

Expresso,1994.

CABRAL NO CRUZAMENTO DE ÉPOCAS. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMILCAR CABRAL, 2., 2005, Praia. *Anais...* 2005. p.643.

CASTANHEIRA, José Pedro. *Quem mandou matar Amilcar Cabral?* Lisboa: Relógio d'Água, 1995.

DIAS, Mário: *Guiné 63/74 - CCCLXXII: Op. Tridente (Ilha do Como, 1964): Parte I.* Disponível em: <<http://blogueforanada.blogspot.com.br>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral. Manifesto do Movimento Anti-colonialista (MAC) no discurso pronunciado na II Conferencia da CONCP em Dar-Es-Salaam,05.10.1965, Pasta 04336.001.001.* 1965.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Lisboa. Arquivo Amílcar Cabral. Une enquete d'Aquino de Bragança. *Revista AFRIQUE-ASIE*, 1973. Pasta 07701.021. Lisboa. Acesso em: jan. 2011. Tradução da autora.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Lisboa. Carta de autoria de Alpha. Pasta 04999.034., 1973.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Lisboa. Arquivo 14 de Novembro. *Luís Moita e Carolina Quina. Relatório sobre a situação atual na Guiné-Bissau. Documento de trabalho elaborado pela delegação do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) à Guiné-Bissau, após os acontecimentos de 14 de Novembro de 1980.* CIDAC, 1980.

GOMES, Patrícia. *Poiésis– Revista do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado)*, Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), v. 3, n. 6, p. 121-139, jul./dez. 2010.

HADEM, Diana Lima. A historicidade da construção nacional na Guiné Bissau. In: *COLÓQUIO INEP/CODESRIA/UNITAR. Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.* Guiné Bissau: INEP,1989.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *Os filhos da terra do sol: formação do Estado-Nação em Cabo Verde.* São Paulo: Selo Negro, 2002.

LEMONS, Mário Matos. *Os portugueses na Guiné-Bissau:*

*apontamento para uma síntese*. Lisboa: Ed. Crédito Predial Português, 1996.

LOPES, Carlos. *Kaabunke: espaço, território e poder na Guiné Bissau, Gâmbia e casamento pré-colonial*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

LOPES, Carlos. *A transição Histórica na Guiné-Bissau*. Instituto Nacional de Pesquisa (INEP). Coleção “Kacu Martel”, nº 2. 1987.

LOPES, Carlos (org.) *Desafios contemporâneos da África: O legado de Amílcar*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

LOPES, José Vicente. *Os bastidores da independência*. Praia-Mindelo: Intituto Camões; Centro Cultural Português, 1996.

LOPES, José Vicente. *Aristides Pereira, Minha vida, Nossa História*. Praia. 2012.

ORAMAS, Oscar. *Amílcar Cabral para além do seu tempo*. Lisboa: Hugin, 1998.

PAIGC. *Historia da Guiné e ilhas de Cabo Verde*. Porto: Ed. Afrontamento, 1974.

PAIGC. *Unidade e Luta*. Nº 02 Lisboa 1974. Publicações Aurora.

*PAIGC ao PAICV*, abril de 1981. Gráfica Europam Ltda., Mira-sintra - Mem Martins. Portugal, 1981.